

**O ensino de História nas séries iniciais:
interfaces entre currículo, o saber e fazer docente**

*The teaching of history in the early grades:
interfaces between curriculum, teacher knowledge and action*

Jaqueline A. M. Zarbato Schmitt
UFSC e USJ
jaqueline.zarbato@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa investiga a formação de professores/as das séries iniciais, no período dos anos 1990 a 2010, no município de São José/SC visando aprofundar as reflexões sobre o saber histórico apreendido e ensinado nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Tendo em vista a formação “generalista” destes/as professores/as, a pesquisa centrou-se em analisar os planejamentos produzidos, os materiais e recursos didáticos para o ensino de História, bem como as narrativas sobre a formação inicial e continuada. A pesquisa tem como objetivo discutir as inter-relações entre o saber e o fazer docente, uma vez que na formação inicial percebe-se, através das narrativas e memórias, que alguns conceitos históricos não são abordados.

Palavras-chave: planejamento escolar; ensino de história; currículo

Abstract: This research investigates the formation of teachers in early grades, during the years 1990 to 2010 in the municipality of San Jose to deepen the reflections on the historical knowledge learned and taught in early grades of elementary school. In view of the training “generalist” of these teachers, the research focused on analyzing the plans produced, materials and teaching resources for teaching history, as well as narratives about the initial and continuing training. The research aims to discuss the interrelations between knowing and doing teaching, since the initial notice, by means of narratives and memories, some historical concepts are not addressed.

Keywords: school planning, teaching history, curriculum

Este texto visa apresentar uma pesquisa realizada com os/as professores/as da rede pública de ensino no município de São José. Um dos objetivos era investigar de que maneira os/as professores/as construíam os planejamentos anuais de História nos anos iniciais, bem como a utilização das concepções e de alguns conceitos históricos, como tempo histórico e memória. Para realizar a pesquisa, utilizamos as análises dos planejamentos de professores/as dos anos iniciais e realizamos entrevistas com as mesmas para aprofundar as reflexões sobre a formação inicial, sobre de que maneira concebem o saber e fazer histórico.

Para desenvolver a análise, selecionamos 06 planejamentos anuais, que apontavam

diretamente as questões relacionadas ao ensino de História, em que destacamos alguns elementos que se apresentavam nos planejamentos de forma efetiva, como por exemplo: os conceitos de tempo histórico e memória. A escolha por analisar os planejamentos se deve pela construção deste documento para orientar a prática docente. Isso porque, segundo Gandin (2005, p 17) “a primeira coisa que nos vem à mente quando perguntamos sobre a finalidade do planejamento é a eficiência e também a execução perfeita de uma tarefa que se realiza”

Temos claro que a construção do planejamento requer tempo disponível para sua confecção, mas também de fundamentação teórico-prática para desenvolver as reflexões. Deste modo, a eficiência pode ser entendida como a construção de um planejamento que seja possível de realizar, que contemple o contexto educacional.

Assim, quando se planeja, independente do que está sendo planejado, quer se obter o melhor resultado, há a intenção de que dê certo, inclusive se é algo que realmente seja importante que se faça.

Os planejamentos são utilizados como elementos norteadores da prática do professor em sala de aula, contribuindo para aprofundar, refletir e apontar os caminhos do trabalho a ser realizado. Segundo Libâneo (2001, p 221), Planejamento Escolar “é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social.

Neste sentido, ao investigar a construção do planejamento escolar, nos deparamos também com a concepção de currículo escolar, já que o currículo é a ferramenta que orienta o trabalho do professor, encaminhando as atividades a serem realizadas nas áreas do conhecimento. O que por sua vez, se expressa nos planejamentos, em que as atividades propostas pode favorecer o processo de aprendizagem, contribuindo para atingir os fins da educação, ou seja, superando as concepções de competência e, no caso do ensino de História, a compreensão desde as séries iniciais, das noções sobre a História.

Essa construção curricular que envolve o planejamento se apresenta como espaço político cultural, social em que o docente imprime suas identidades, através da inserção de determinados conceitos. Isso porque, como desta Arroyo (2011, p. 10):

A sala de aula, o que trabalhar, o currículo na prática são os espaços onde se vivenciam nossas realizações, mal estares e até as crises de docência. No trabalho neste espaço, tanto mestres quanto alunos experimentam frustrações, desânimo, incertezas, cansaço... mas também vivenciam realizações, compromissos ético-políticos que vão configurando outros

profissionais e outros educandos.

Dito isso, é importante entender que a fundamentação do planejamento na construção curricular contribui para entender a complexa relação escola-sociedade, as tensões que apresentam na prática docente. Em que muitas vezes, não há no cotidiano escolar a fundamentação necessária para a construção do planejamento.

O planejamento escolar envolve um processo de decisão e atuação dos/as professores/as na sua ação didático-pedagógica, envolvendo concepções, ações e situações do cotidiano que acontecem através de interações entre alunos e professores. Ao se comprometer com o universo educacional, o/a professor/a que deseja realizar uma boa atuação docente, tem atribuições e demandas diárias, pois espera-se que este profissional participe, elabore e organize planos e planejamentos que envolvam os estudantes, que desperte a criticidade, o interesse, entre outros. Neste caminho, deve buscar envolver os estudantes numa teia de assuntos, temas, contextos que promovam o processo ensino aprendizagem, que seja tão significativa quanto o permitam as possibilidades e necessidades dos estudantes. Essa profusão de atividades no fazer docente, denota que a importância depositada no planejamento, que segundo Turra (1995, p. 18-19):

O planejamento, neste caso, envolve a previsão de resultados desejáveis, assim como também os meios necessários para alcançá-los. A responsabilidade do mestre é imensa. Grande parte da eficácia de seu ensino depende da organicidade, coerência e flexibilidade de seu planejamento.

É importante destacar que não analisaremos, neste momento, a fase de preparação do planejamento, em que os/as professores/as dialogam nas reuniões, construindo ‘olhares’ diferenciados para o planejamento. Nosso intuito é entender como se procedem as práticas pedagógicas fundamentadas nas propostas inseridas nos planejamentos. A fim de entender como são previstos os passos que farão parte da execução do trabalho, a concretização e o desenvolvimento dos objetivos propostos, a valorização do contexto histórico, dos conhecimentos prévios dos estudantes.

Os planejamentos dos/as professores/as das séries iniciais apresentam e representam o conhecimento que possuem sobre as noções históricas, embasados na formação acadêmica e por que não dizer, também na formação continuada. Porém, percebe-se que, ainda há pouca discussão sobre a importância de se trabalhar com as noções e conceitos históricos nas séries

iniciais, uma vez que isso, contribuiria para uma visão mais ampla do ensino de História.

As propostas curriculares inserem-se num importante momento da História do ensino de História. A partir dos anos de 1980, criaram-se várias propostas curriculares de História para o ensino fundamental e médio, as quais circulam pelos Estados e municípios. Na verdade, essas propostas visavam romper com o modelo positivista de ensino, ampliando as análises e possibilitando o diálogo entre as áreas de saber.

As propostas curriculares lançadas nos anos 1980, tinham como pressuposto algumas modificações no ensino da História, como destaca Bittencourt (2004):

:

- alterações nas formulações técnicas dos textos, que passaram a apresentar fundamentações sobre conhecimento histórico.
- a preocupação com a implementação dos currículos buscando legitimidade junto aos professores, diluindo as resistências aos documentos oficiais.
- redefinição do papel do professor, fornecendo-lhe maior autonomia no trabalho pedagógico.
- apresentação mais detalhada dos pressupostos teóricos e metodológicos do conhecimento histórico.

Percebe-se então, que a formulação das propostas curriculares a partir dos anos de 1980, inseriram novas concepções sobre o ensino de História, rompendo com o conhecimento produzido no ensino de História atrelado ao conhecimento produzido no ensino de Geografia com os chamados Estudos Sociais.

Portanto, é importante aprofundar a análise sobre as construções das propostas curriculares, com o intuito de perceber a influência no cotidiano educacional. Pois, como ressalta ressalta Dominique Julia (2003), a cultura escolar nos apresenta diferentes concepções, atuações, conceitos e práticas, assim, é preciso abrir a ‘caixa preta’ do universo escolar. Isso porque, a cultura escolar produziu, ainda no âmbito do ensino de História, diferente momentos históricos, que foram da exaltação dos ‘grandes heróis’ à representação dos estudantes como sujeito histórico.

Bittencourt (1997, p. 73) salienta que, “diversas propostas curriculares do ensino de história de várias secretarias de educação apresentam o problema da noção de tempo com ênfase”. Porém, a transposição didática dos conceitos históricos ainda está muito distante do que se propõe, (...) o “tempo curto”, que é o tempo do acontecimento; o “tempo médio”, que diz respeito à conjuntura e o “tempo da longa duração”, no qual se encontram os fatos estruturais.

Ainda de acordo com Bittencourt (1997, p. 19), o compromisso do ensino de história com a formação da consciência histórica não é nenhuma novidade, já que esse objetivo acompanha esse ensino há muito tempo sendo expresso em currículos já a partir dos anos 50. O que surge de novo é a ênfase atual no papel do ensino de história na compreensão do sentir-se sujeito histórico.

Mais importante do que abordar “conteúdos” de história é construir uma compreensão de tempo; em primeiro lugar, para desnaturalizar as convenções que são colocadas como naturais; em segundo, para que se pense a respeito do tempo esquadrihado a que somos submetidos na escola e fora dela, principalmente para que, construindo conceitos sobre temporalidade, os/as alunos/as possam utiliza-los como ferramentas para intervir objetivamente nesse tempo histórico, sentindo-se parte desse tempo e dessa história

Ao focar a importância da utilização da memória como elemento de análise das trajetórias históricas, é necessário destacar a fundamentação teórica que embasa as reflexões sobre a memória. Isso porque, como aponta Huyssen (2000, p. 20) “o enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido

De certa forma, vivenciamos nos últimos anos, uma profusão de discussões sobre a valorização e importância da memória, em vários espaços de saber (acadêmicos, casas de cultura, revitalização e manutenção de lugares históricos, exaltação dos acervos em museus, etc.). No entanto, percebe-se que esta profusão de olhares e dizeres sobre a memória, traz também algumas incoerências, lacunas, imprecisões sobre seu uso.

Seguindo esta linha de análise, que pontua as diferenças entre memória e história, refletindo sobre elas não como sinônimo, encaminhamos as discussões de ambas se configurarem como campos de saber que se complementam, em que podemos estabelecer diálogo. Para Pierre Nora (1993, p. 24), a memória é um fenômeno atual, um elo vivido no presente e a História, uma representação do passado. Assim, à medida em que problematizamos os espaços, lugares de memória, elucidamos outras fontes históricas.

Sobre a relação entre memória e identidade, Michel Pollak (2000, p. 2) ressalta que:

Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam

várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante.

Essa afirmação de Pollak nos encaminha para as reflexões sobre o fazer dos sujeitos históricos, pois mesmo sendo uma lembrança individual, há reminiscências que remontam às memórias construídas coletivamente. Tornando-se realidade em alguns momentos e que passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala.

Deste modo, é fundamental entender de que maneira os/as professores/as concebem a memória, se como um campo de saber ou uma ‘extensão’ da História, o que implica em outras representações sobre a memória no ensino de História, bem como as inserções no planejamento escolar.

Os planejamentos e os conceitos históricos

Conhecer a sua história e a história de sua família: seu nome, sua origem e a origem de sua família, os aspectos culturais e geográficos do seu local de origem;

Comparar a sua história com a de outras famílias, estabelecendo diferenças e semelhanças e discutindo essas para compreender as relações existentes dentro desses grupos;

Conhecer a história de sua escola, compreendendo a função social que exerce na sociedade e o espaço geográfico que ocupa;

Compreender as diferentes funções exercidas pelos profissionais da escola, a organização e as regras;

Conhecer o seu bairro, o histórico, os serviços públicos oferecidos, os aspectos culturais das pessoas, as relações estabelecidas entre elas e os aspectos geográficos do lugar;

Compreender que o seu bairro está inserido num município, estado, país e mundo; Ter noção espaço-temporal, através dos fatos de sua vida, fatos históricos, datas comemorativas.

Esses itens foram retirados do planejamento da professora Maria, que atua com o 3º ano do ensino fundamental, há 15 anos, com formação na área da pedagogia e pós graduação em Séries iniciais. Percebe-se que há na parte dos conteúdos a serem trabalhados os encaminhamentos propostos pelo Parâmetro Curricular de História. O qual enfatiza que deve ser trabalhado nas séries iniciais com a História local e cotidiano e História das Populações.

Isso fica explícito quando há a descrição de ‘conhecer o seu bairro inserido no município’ o que favorece o entendimento do local, para ampliar e trabalhar as noções do regional e global.

Porém, trabalhar com a noção espaço temporal como elemento para entender os ‘fatos da vida, históricos, datas comemorativas’ ainda está atrelado às concepções tradicionais do ensino de História, que valorizavam datas e fatos. É importante destacar que a descrição dos conteúdos a serem trabalhados reforça alguns elementos ausentes na própria formação do/a professor/a. Neste sentido, ao questionar a professora Maria sobre a importância de trabalhar com ‘fatos e datas comemorativas’, a mesma argumentou que:

É preciso trabalhar com as datas comemorativas, porque as crianças se perdem em relação ao que é importante na História. Na minha formação acadêmica, tive as aulas de Estudos Sociais, em que se abordava a relação dos conceitos históricos e geográficos, se falava das datas comemorativas. Porque precisava apresentar os acontecimentos históricos e os lugares onde aconteceram.

A narrativa da professora denota a trajetória de sua formação, destacando de que maneira foi apresentada às noções históricas, ou seja, a construção a partir dos Estudos Sociais encaminha a concepção que irá inserir na prática pedagógica. Há ainda no planejamento a proposta de reflexão e abordagem sobre a “vivência da criança”, procurando compreender as discussões sobre os lugares em que vive, os tipos de moradia, as relações de semelhança e diferença. Isso mostra que a professora, por mais que tenha uma formação tradicional, insere outras possibilidades de entendimento sobre os conceitos históricos.

Não quer dizer que efetivamente trabalhe com o aprofundamento dos conceitos históricos, mas apresenta aos estudantes as noções para que possam entender os diferentes processos em relação às vivências. Isso porque, ao propor trabalhar com as ‘vivências da criança’ é possível dialogar sobre a função de cada sujeito na história, os diferentes grupos sociais e culturais, sua contribuição cultural para a sociedade. O que de certa maneira, permite às crianças entenderem a convivência de diferentes grupos na sociedade.

A parte grifada nos remete à conhecimentos que de certa maneira não estão associados aos temas a serem abordados na História. Porém, segundo a professora, utilizou o ‘conhecer a escola’ como meio para entender a História Local. A lógica de pontuar a História local por vezes é utilizada para o entendimento da ‘história das instituições ou dos lugares’ Segundo Bittencourt, (2004, p. 168):

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno dos alunos, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência- escola, casa, comunidade, trabalho e lazer e, igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.

Assim, ao trabalhar com elementos presentes na vivência dos estudantes, torna-se mais profícuo a inserção dos conceitos e noções históricas, pois é possível ao estudantes entrelaçarem as discussões históricas com o seu cotidiano.

No caso de trabalhar com o conceito de tempo, permite a inserção de entendimento sobre os processos formativos da vida de cada sujeito, a ordenação, sucessão e duração e, tem a ver não só com uma necessidade de entender como se processam as discussões nos anos iniciais sobre a História, mas principalmente perceber como são apropriados por professores/as e estudantes, uma vez que promove o entendimento sobre as diferentes temporalidades. Neste sentido, ao propor trabalhar com as noções de tempo, é importante levar em conta a maturidade da criança. Segundo Circe Bittencourt (2004, p 203) de acordo com a abordagem piagetina “(...) é necessária uma maturação biológica para a compreensão do tempo”

Mesmo que a intenção seja inserir conhecimentos acerca do tempo histórico, e que nossa análise não se baseie na concepção piagetina, é importante levar em conta, a ‘maturação biológica’, pela maneira como os estudantes concebem o que seria tempo histórico.

Percebe-se que na faixa etária das crianças das séries iniciais, é importante iniciar os diálogos pelo tempo vivido (tempo que se manifesta nas etapas da vida da infância, adolescência, idade adulta e velhice), tempo concebido (varia de acordo com as culturas e gera relações diferentes com o tempo vivido) e tempo intuitivo (limita-se às relações de sucessão, duração, simultaneidade)¹

Ao utilizar o termo tempo, nos referimos ao mesmo como *conceito* histórico ainda que esteja atenta à polissemia do termo e ao fato de que, por distinguir diferentes modos de ser representado, trata-se de uma “categoria conceitual”. O conceito de tempo é alvo de intensas discussões, com diferentes possibilidades de utilização.

Reis (1998, p. 29) ao tentar identificar quais as relações existentes entre tempo histórico e conhecimento histórico, destaca que a “nossa percepção das experiências humanas,

¹ Ver: Circe Bittencourt(2004)Piaget(1975)Kosellck(1992)

nosso conhecimento histórico acerca da história dos homens de todos os tempos, jamais é direta, pois está, segundo ele sempre articulada por uma representação, por um saber simbólico”. Assim, a representação do tempo histórico é a condição subjetiva do historiador e de sua sociedade, sob a qual todas as experiências humanas podem se tornar inteligíveis.

Castells (1999, p. 459), ao analisar a complexidade que vem assumindo o *conceito* de tempo, tendo em vista o atual contexto histórico, alerta para o fato preocupante de que “as sociedades contemporâneas ainda estão em grande parte dominadas pelo tempo cronológico”.

Considerando a complexidade que envolve o conhecimento histórico e seu raciocínio, Carretero (1997), valendo-se de pesquisas de base construtivistas, defende que a dificuldade do acesso de certos conceitos históricos pelas inteligências das crianças e adolescentes está fundamentalmente ligado às estratégias didáticas utilizadas pelo professor, no sentido de facilitar o aprendizado do aluno. Portanto, o problema parece estar na maneira como são apresentados esses conceitos e não nas dificuldades de abstração da criança/adolescente, ou o fato de a mesma/o não estar madura/o para aprender determinadas habilidades.

Rüsen (2001) afirma que a História tem uma função didática de formar a consciência histórica, na perspectiva de fornecer elementos para uma orientação, interpretação. Deste modo, aprender História significa contar história, isto é, significa narrar o passado a partir da vida no presente. Elaborar uma orientação relacionada com a construção da identidade de cada um e também, organizar a própria atuação nas lutas e ações do presente.

Utilizando a concepção de que se deve inserir os alunos como sujeitos históricos, que fazem suas histórias, percebemos que, na prática educativa estamos caminhando para alcançar tais objetivos. Ao longo da pesquisa, percebeu-se que, ao propor a utilização dos conceitos de tempo, há ainda algumas dificuldades. No planejamento do 2º ano da professora Mariana que atua há 09 anos, sendo formada em pedagogia e com especialização em psicopedagogia, destaca-se o trabalho sobre sujeitos históricos, intitulado identidades. No planejamento descreve da seguinte maneira:

Conteúdo: Identidades de hoje e ontem; quem faz a história? O cotidiano da cidade; A imigração.

Metodologia: Trabalhos em grupo; pesquisa sobre a identidade de cada aluno; história do nome.

Ao ser questionada sobre a disposição dos conteúdos e metodologia, bem como da discussão histórica proposta, a professora relatou que:

Proponho o trabalho com a identidade: nome, sobrenome, certidão de nascimento, lugar em que nasceu, nomes dos pais, certidão de casamento são atividades que devem ser trabalhadas a partir da realidade e das vivências dos alunos fazendo com que desperte o interesse e a participação de cada um em conhecer e criar sua própria história, partindo sempre dos pontos julgados importantes pelo grande grupo. Assim podendo trabalhar ainda com a história do nome de cada aluno, situando numa linha do tempo(Mariana, 2007, p. 1)

Para inserir as noções de sujeito histórico, de forma que se torne significativo para os estudantes é importante também, inserir discussões e reflexões que rompam com o modelo tradicional de ensino. Deste modo, apresentar as noções de tempo e identidade numa vertente histórica (aqui relacionando com a História Cultural) é preciso pensar em estratégias de aprendizagem diferenciadas. Como por exemplo a utilização da espiral do tempo, ao invés de linha do tempo, pois com a espiral é possível destacar os eventos, impressões dos sujeitos, formações de grupos num processo histórico, com a ordenação, simultaneidade, sucessão e a relação entre eles.

Seguindo este caminho, a proposta pedagógica pode encaminhar as discussões sobre a “origem de sua família, diferentes tipos de famílias, moradias e aspectos culturais das famílias dos alunos e parentes”.

Neste campo de análise, analisamos o planejamento anual da professora Luana do 2º ano, que trabalha nos anos iniciais há 12 anos, sendo formada em pedagogia séries iniciais e com pós graduação em gestão escolar. Para ela, as discussões sobre os temas, como: a família, a casa, a rua, a escola e as profissões. No planejamento insere conteúdos e metodologia num mesmo campo de análise. Segundo ela, porque:

O primeiro tema: Família e o tempo, é de grande importância na vida de um sujeito, toda sua cultura, valores e hábitos, que primeiramente vem da sua origem familiar. Toda família tem uma história e cada membro desta família tem sua própria história. Ao trazer estes elementos para a sala de aula, objetiva-se construir um panorama histórico com os alunos sobre a alteridade de cada família, sobre os hábitos costumeiros nas famílias, entre outros elementos que podem ser relacionados historicamente, pois as crianças aprendem que nem sempre, ao longo da História as famílias tiveram o mesmo comportamento e modelo.

A primeira atividade proposta é a observação de uma figura com a família de Renato, no momento da refeição. Logo após pergunta quantas crianças aparecem na cena?

Faça um x nelas. Quantos adultos aparecem? Contorne o corpo deles.

Renato está em pé. Faça um x na roupa dele. Depois a criança escreva um pouco sobre ela e sua família. De certa forma, este tema busca trabalhar com os elementos de tempo histórico, enfocando as diferenças ao longo da História, dos modelos de família, da alimentação, cotidiano, vestuário. (Planejamento anual)

Percebe-se que as relações que se estabelecem entre a família o tempo histórico não envolvem as dimensões do cotidiano da criança, pautando-se pelos modelos formativos dos livros didáticos, dos manuais escolares, das concepções de “um modelo de família”, não focando as diferenças dos grupos culturais.

Quando passamos a analisar a metodologia percebemos que, o tempo aparece como um elo de ligação entre os temas e não como conceito histórico. Na metodologia, propõe que a criança seja um repórter, pedindo para que ela entreviste seu pai e sua mãe, que eles contem a sua vida ao longo do tempo, seguindo o roteiro do livro didático. Considerando que a criança não tenha pai, nem mãe, e que cada um tenha um entendimento sobre o tempo, como organizar o entendimento sobre diferentes famílias e diferentes tempos. E o tempo histórico, onde entraria?

O desenvolvimento desta atividade poderia tomar outro rumo, pois depende de como projetamos os planejamentos favorece a compreensão de algumas noções ou complexifica o entendimento sobre as reflexões propostas. Como salienta Moreira (2007, p. 2), “o fato de trazer o antes e o depois do conjunto social daquelas crianças, faz nascer o interesse, à vontade de saber como era, como e por que ocorreram as mudanças”

Num outro planejamento, de 3º ano, o tema a ser trabalhado era cidade. A proposta foi realizada pela professora Leia que atua há 16 anos, sendo formada em pedagogia com especialização em Educação Especial. Para tal, ela destacou em seu planejamento que desenvolveria da seguinte maneira:

O tema: cidade e o tempo, tem como início um pequeno texto de introdução. Cada cidade também tem a sua história. Podemos conhecer essa história porque ela está registrada em documentos, livros, museus, monumentos. É assim que podemos saber, por exemplo, que a cidade mais antiga do Brasil é São Vicente, que fica no litoral de São Paulo. Ela nasceu, isto é, foi fundada em 1532 por um português chamado Martim Afonso de Sousa. A cidade em que você nasceu, ou mora, também tem uma história. Vamos conversar:
Em que cidade você nasceu?
Em que cidade você mora?
Cite um monumento referente à história da cidade em que você mora. (planejamento anual)

Percebe-se nesta proposta o encaminhamento próximo do que apresentam os manuais didáticos, seguindo uma cronologia, não potencializando a realidade, as curiosidades e as necessidades dos estudantes. A proposta parece visar cumprir o cronograma, mas não há interação, saídas de campo, e novamente, o conceito de tempo está imerso em outras questões.

Tendo em mente que o planejamento deve contemplar as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais percebe-se que em alguns deles, não se inserem as discussões acerca do campo de conhecimento histórico e muito menos das dimensões em que estão inseridos os estudantes. Tem-se a impressão, ao analisar alguns planejamentos que seguem um roteiro pré estabelecido, que não envolve os conhecimentos prévios, a transposição didática, a consciência História.

A apreensão dos conceitos históricos pode se efetivar nas séries iniciais, mesmo reconhecendo as dificuldades e limitações no ensino aprendizagem, é importante iniciar, incitar o ‘pensar historicamente’, refletindo sobre as representações, eventos, identidades, cotidiano., entre outros.

O planejamento de Michele professora do 3º ano que atua há 18 anos no ensino fundamental, é pedagoga com especialização em psicopedagogia traz outras informações sobre a utilização do conceito de tempo. A professora destaca os temas que serão analisados:

Os temas a serem desenvolvidos neste semestre são:

Árvore genealógica;

O bairro: aspectos sociais e geográficos do bairro Saco Grande, localização do seu bairro (município, estado, país e mundo);

O calendário (noção de tempo e espaço) (planejamento anual-2004)

Os planejamentos apontam de forma sucinta o que será abordado, mas ao narrar suas experiências de trabalho, a professora Michele destaca que, “muitas vezes é difícil cumprir o cronograma, por isso utilizo as aulas de História e Geografia juntas”. Em relação aos temas, percebe-se que não há uma organização das questões. E em relação ao tempo, não há problematização ou aprofundamento. Tanto que em relação as metodologias, o planejamento prevê:

Textos curtos sobre a origem da família, os membros da família.

Pesquisa em livros sobre os bairros, municípios e sua relação com o Estado, país.

Entrevistas com pessoas do bairro.
Leitura de textos sobre o calendário solar. Mudança da noção de tempo
(planejamento anual-2004)

É importante destacar que a noção de tempo, não recebe o aprofundamento necessário, pois a professora trabalha ainda com o tempo linear, dos acontecimentos. E muitas vezes, as entrevistas, a pesquisa em livros, a leitura de textos permite a ampliação do conhecimento sobre o tempo histórico, inserindo outros personagens no enredo histórico. Possibilitando diferentes ‘olhares’ sobre o fazer histórico.

Neste sentido, pode-se dizer que, raramente percebemos a utilização de elementos e meios de aprendizagem que favoreçam a transposição didática dos conteúdos na prática em sala de aula. O que conseqüentemente não torna significativo para os estudantes o conhecimento produzido por eles e pelos outros.

Nas construções dos planejamentos percebemos também que os conceitos de memória são utilizados muitas vezes como sinônimo de História. Durante entrevistas com professores, foi perguntado como trabalham o conceito de memória, foi possível perceber que este conceito não é claro para os professores, o que faz com que alunos e professores trabalhem com o este conceito erroneamente. Algumas entrevistas voltaram com essa questão em branco.

A professora Vera Lucia, pedagoga formada e que atua há 14 anos, foi quem nos relatou de forma mais concreta como trabalha com a memória.

É trabalhando através do resgate de gravuras, fotografias, textos e também através de pesquisas, entrevistas e visitas a lugares que fazem parte do desenvolvimento de determinados conteúdos (Vera Lúcia, 2008).

É importante destacar que a utilização do conceito de memória nos planejamentos, se apresenta juntamente com as noções de tempo. De certa maneira, parece que os/as professores/as a utilizam como um sinônimo de História.

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Por tanto toda memória é, por definição, “coletiva” (Pollak, 1992).

A resposta da professora Rosiane, formada em pedagogia há 23 anos e co

especialização em Arte Educação, atuando com o 3º ano, transparece a ‘confusão’ em relação à memória, percebida em alguns planejamentos e narrativas de professores/as, pois para ela trabalhar a memória é:

No decorrer de todas as atividades desenvolvidas onde a memória se torna um importante componente da aprendizagem: conhecer as letras para ler e formar palavras, escrever o nome completo, identificar e diferenciar números, lembrar-se dos nossos acordos feitos para o dia e para a semana, etc. (Rosiane, 2008).

Com essa afirmação, percebe-se que a utilização do conceito de memória ainda tem problemas de entendimento por parte de alguns professores/as. Apesar de serem trabalhadas as concepções de tempo relacionadas com a memória, não há ainda o entendimento do trabalho com memória e história. As concepções de trabalho com a memória dos sujeitos como avós, pais são inseridas nas concepções de tempo histórico.

No espaço escolar, na construção do trabalho histórico-pedagógico que se configura o planejamento, percebe-se ainda que muito deve ser trilhado, no intuito não só de investigar, mas de ampliar e aprofundar as reflexões sobre as noções e conceitos históricos utilizados nas séries iniciais. Uma vez que, permite a possibilidade de se fazer as interações, os imbricamentos entre as áreas de saber. Visando, sobretudo, conhecer e identificar os processos de construção das identidades que se inserem em uma sociedade complexa, diversificada, plural.

Referências

- BRASIL. Secretaria de educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BITTENCORT, Circe (org). O saber histórico na sala de aula. Editora Contexto, 2004.
- CARRETERO, Mario. Construir e Ensinar as Ciências Sociais/hist. São Paulo: Artmed, 1997
- CASTELLS, M. 1999. A sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra
- GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 10. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa,

2001

MOREIRA, A. Currículo: campo, conceito e pesquisa. Petrópolis: vozes, 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REIS, José Carlos. Tempo, História e Evasão. Campinas, Papirus, 1998

RÜSEN, Jorn. Didática da História: Passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/ Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. V. 1, n. 2, jul.-dez. 2001

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da educação e Deporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Florianópolis: Cogen, 1998.

TURRA, C. M. G.; ENRICONE, D.; SANT'ANNA, F. M.; ANDRÉ, LENIR CANCELLA. Planejamento de ensino e avaliação. 11. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 1995.

VASCONCELLOS, Celso. Planejamento, plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. Imaco, 1995.

Fontes

PMSJ- Planejamento anuais das escolas municipais de São José.

Entrevistas com professoras: Michele, Leia, Rosiane, Vera Lúcia, Luana, Maria.